



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Contratação de seguro para 11 (onze) veículos de propriedade do TRESA, com vigência de cobertura de 12 meses, com possibilidade de prorrogação nos termos legais, com cobertura que vise assegurar o conserto de danos materiais dos veículos, danos materiais causados a terceiros, cobertura para casos de morte ou invalidez para os ocupantes do veículo segurado e seguro em casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte ou invalidez, danos materiais e pessoais.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A necessidade premente de que sejam segurados os veículos de propriedade do TRESA, tendo em vista os riscos a que estão expostos ao trafegarem pelas estradas de nosso Estado.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Considerando-se o aspecto legal da responsabilidade objetiva do órgão público por danos causados por seus servidores, em condições de sinistros envolvendo veículos oficiais, fica evidenciada a viabilidade econômica de que se venha adotar um sistema de securitização da frota, para resguardar o interesse da Administração Pública, quando da ocorrência de eventos danosos ao patrimônio.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

OERS3

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram juntados ao PAE n. 499/2023.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma que a contratada, qual seja, seguro para 11 (onze) veículos da frota do TRESA.

#### 2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de seguro para 11 (onze) veículos de propriedade do TRESA, com vigência de cobertura de 12 meses, com início em 09/05/2023, com possibilidade de prorrogação nos termos legais, com cobertura que vise assegurar o conserto de danos materiais dos veículos, danos materiais causados a terceiros, cobertura para casos de morte ou invalidez para os ocupantes do veículo segurado e seguro em casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte ou invalidez, danos materiais e pessoais.

A contratação deverá atender às seguintes características:

O contrato deverá contemplar a assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, e a disponibilidade de carro reserva (pelo prazo mínimo de 5 dias), quando, em razão do sinistro, for inviável transitar com o veículo.

Com relação ao carro reserva, para as vans e o caminhão, não será necessária a disponibilização de carro,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

em caso de sinistro com impossibilidade de transitar com o veículo.

A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos abaixo descritos; e, ainda, danos materiais causados a terceiros em valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este também deverá ser o valor de cobertura para danos pessoais a terceiros.

Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro.

Deverá ser contemplada a securitização para os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e pessoais.

Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, a seguradora se obrigará ao pagamento de indenização, que deverá ser o valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), considerando-se a última publicação anterior à ocorrência do sinistro - acrescido de percentual de ajuste (despesa extra de 10%).

### LISTA DE VEÍCULOS:

1) Modelo: Fiat – Pálio Weekend Trekking 1.6 Flex – 4 portas

Placa: MLH 5451

Ano de Fabricação/Modelo: 2012/2013

Combustível: Gasolina/Álcool

CEP de pernoite: 88132-150

2) Modelo: Mercedes Benz, Camionete Furgão Sprinter 311 Street F33L

Placa: QHY 3197

Ano de Fabricação/Modelo: 2015/2016

Combustível: diesel

CEP de pernoite: 88015-130

3) Modelo: Fiat - Pálio Weekend Adven. Locker 1.8 flex- 4 portas

Placa: MFM 8483

Ano de Fabricação/Modelo: 2009/2009

Combustível: álcool/gasolina

CEP de pernoite: 88502-330

4) Modelo: Fiat – Pálio Weekend Trekking 1.6 Flex - 4 portas

Placa: MLH 5331

Ano de Fabricação/Modelo: 2012/2013

Combustível: Gasolina/Álcool

CEP de pernoite: 88015-130



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5) Modelo: Fiat – Pálio Weekend Trekking 1.6 Flex - 4 portas

Placa: MLH 4811

Ano de Fabricação/Modelo: 2012/2013

Combustível: Gasolina/Álcool

CEP de pernoite: 88015-130

6) Modelo: Renault, Master Jaedi Mis (7P/ 1.48T/ 130CV)

Placa: AZC9650

Ano de Fabricação/Modelo: 2014/2015

Combustível: Diesel

CEP de pernoite: 88015-130

7). Modelo: Fiat Pálio Fire – 4 portas

Placa: QHX 9560

Ano de Fabricação/Modelo: 2015/2016

Combustível: gasolina/álcool

CEP de pernoite: 89010-150

8) Modelo: Fiat Pálio Fire – 4 portas

Placa: QHX 9580

Ano de Fabricação/Modelo: 2015/2016

Combustível: gasolina/álcool

CEP de pernoite: 88015-130

9) Modelo: Ford - Caminhão Cargo 1119

Placa: QHR 1739

Ano de Fabricação/Modelo: 2016/2017

Combustível: diesel

CEP de pernoite: 88133-535

10) Modelo: Hyundai IX35 B GLS 2.0 Aut.

Placa: QJD 2995

Ano de Fabricação/Modelo: 2018/2019

Combustível: álcool/gasolina

CEP de pernoite: 88015-130



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11) Modelo: Hyundai IX35 B GLS 2.0 Aut.

Placa: QJB 9205

Ano de Fabricação/Modelo: 2018/2019

Combustível: álcool/gasolina

CEP de pernoite: 88015-130

### 2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.10. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação deverá ser global, uma vez que o período de cobertura do seguro desses veículos deve ser o mesmo, a fim de facilitar a renovação e manutenção dos veículos protegidos, no mesmo período, em casos de sinistros.

### 2.11. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

#### 2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR; e
- b) autorização da Superintendência de Seguros Privados – Susep, para operar no ramo de seguro objeto desta licitação, a qual será aferida pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao *site* [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

O presente objeto será licitado por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

### 2.13. Impacto Ambiental

Não se aplica a esta contratação.

### 2.14. Conformidade Técnica

Circular SUSEP Nº 639 de 09/08/2021.

### 2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

### 2.16. Obrigações da Contratante



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no procedimento de contratação.

Promover, através de seu representante, o Titular da Chefia da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços.

Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### 2.17. Obrigações da Contratada

Executar os serviços de acordo com o especificado neste Projeto Básico.

Entregar, no Edifício Anexo I do TRESC, situado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

a) “Proposta da Seguradora”, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

b) A Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, §2º, do Regulamento aprovado pelo Dec. 60.459, de 13.03.1967.)

Pagar ao segurado a indenização, em caso de sinistro, em no máximo, 30 (trinta) dias úteis após o recebimento, pela Seguradora, da documentação necessária à sua liberação.

Prestar assistência 24 (vinte e quatro horas), em casos de panes e acidentes.

Quando em razão do sinistro, se tornar inviável transitar com o veículo, disponibilizar carro reserva, por no mínimo 5 (cinco) dias.

Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, pagar indenização correspondente ao valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) – considerando a última publicação anterior à ocorrência do sinistro – acrescido do percentual de ajuste (despesa extra de 10%).

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC.

Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

### 2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.8 “Caracterização e Composição do Objeto”.

#### 3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

#### 3.1.2. Códigos SIASG

22764

#### 3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até as 24h do dia 08/05/2024, com possibilidade de prorrogação até o limite de 60 meses.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **3.2. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 20 de janeiro de 2023.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

A fiscalização dos serviços de seguro de veículos deve ser efetuada pelo Chefe da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

1.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1.2. O acompanhamento de que trata o subitem 1.1.1 não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Entregar, no Edifício Anexo I do TRESC, situado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta:

- a) “Proposta da Seguradora”, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESC.
- b) A Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, §2º, do Regulamento aprovado pelo Dec. 60.459, de 13.03.1967).

#### 1.3. Instrumentos Formais

O instrumento formal para acompanhamento do serviço é o contrato a ser firmado entre Contratante e Contratada.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será efetuado pelo Chefe da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre 1/12 avos (um doze avos) do valor total do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação 1/12 avos (um doze avos) do valor total contratado pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.